



7º Simulado Especial

Polícia Federal

Agente Administrativo

Pós-Edital

Simulado

7º Simulado Especial Polícia Federal (Agente Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente Administrativo da Polícia Federal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Gr8mzvVxKKZHY462A>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Zbix>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS E REDAÇÃO OFICIAL***Felipe Luccas***TEXTO I**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou no final do ano de 2024 o projeto que proíbe a progressão de pena para os condenados por homicídio qualificado, estupro e outros crimes hediondos (PL 853/2024). A proposta é do senador Flávio Arns (PSB-PR), com parecer favorável do senador Marcos Rogério (PL-RO), e pode seguir para a Câmara dos Deputados.

O projeto original altera a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072, de 1990) e a Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 1984) para estabelecer que as penas previstas para alguns dos crimes classificados como hediondos sejam cumpridas integralmente em regime fechado, sem possibilidade de progressão de regime para o semiaberto ou o aberto.

Os crimes que se enquadram na nova regra são: Homicídio qualificado; Estupro; Epidemia com resultado morte; Favorecimento da prostituição ou de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável; Sequestro de menor de idade; Tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente; Genocídio; Induzimento ou auxílio a suicídio ou automutilação, por meio da internet; Liderança de organização criminosa.

Além disso, Marcos Rogério incluiu na classificação de crimes hediondos aqueles previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que também passam a não serem passíveis de progressão de regime. São eles os crimes relacionados à produção, disseminação e armazenamento de pornografia infantil e ao aliciamento de crianças para a prática de atos libidinosos.

Como a proibição não abrange todo o rol de crimes hediondos, a progressão continuará permitida para delitos como lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro, falsificação de remédios e posse ou porte ilegal de arma de fogo, entre outros.

Na justificação da matéria, Flávio Arns esclarece que ela tem a finalidade de proibir que estupradores, pedófilos, assassinos em série, traficantes de pessoas e

outros tipos criminosos de alta periculosidade possam "usufruir". Para ele, a progressão alimenta a reincidência.

"[A] progressão de regime acaba com a eficácia preventiva da pena, eliminando o seu efeito dissuasório. Condenados reincidentes já sabem, de antemão, que não permanecerão presos pelo tempo total da pena, de modo que não se sentem inibidos na prática de novos crimes", argumenta o senador na sua justificativa.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o dispositivo da Lei dos Crimes Hediondos que impedia a progressão da pena nesses casos. De acordo com o STF, isso violava o princípio constitucional da individualização da pena, que significa que o juiz deve ter autonomia para fixar certas condições de cumprimento da pena que sejam adequadas à recuperação social do condenado.

Durante a votação do projeto, o senador Sergio Moro (União-PR) disse entender que o projeto não contraria o espírito da decisão do STF.

— A meu ver, aquela decisão teve muito a ver com o fato de o tráfico de drogas estar equiparado como crime hediondo, e o STF ter entendido que era inconveniente o cumprimento integral em regime fechado para o pequeno traficante. Em relação a assassinato, homicídio, feminicídio, estupro, crimes contra crianças, adolescentes, eu acho que há um espaço para a definição de um regime mais duro, com cumprimento integral.

No seu voto, Marcos Rogério argumentou que o princípio da individualização não é absoluto, e deve ser ponderado com outros direitos fundamentais. Na opinião do relator, o projeto promove essa ponderação, "fazendo prevalecer o interesse público na preservação dos direitos à vida, à liberdade, à incolumidade física e à segurança"

O senador Magno Malta (PL-ES) fez a leitura do relatório durante a reunião da CCJ. O projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que ele passe pelo Plenário do Senado antes. O recurso precisa ser assinado por pelo menos nove senadores, e o prazo para apresentá-lo é de cinco dias úteis.

Fonte: Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

7º Simulado Especial Polícia Federal (Agente Administrativo) - 21/12/2024

- 01.** Conclui-se que o projeto PL 853/2024 propõe impedir a progressão de pena em casos de crimes hediondos específicos.
- 02.** O projeto de lei altera dispositivos relacionados à exploração de crianças e adolescentes.
- 03.** Infere-se do texto que a proibição abrange a totalidade dos crimes hediondos previstos em lei.
- 04.** Depreende-se que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2009 vai de encontro à proibição total da progressão de regime para crimes hediondos.
- 05.** Conclui-se que o projeto seguirá diretamente para a Câmara, por ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e tutelar valores como o interesse público na preservação dos direitos à vida, à liberdade, à incolumidade física e à segurança.
- 06.** Depreende-se do texto que o relator do projeto não considera o impacto da progressão de regime na reincidência criminal.
- 07.** No primeiro período, a correção gramatical e os sentidos originais seriam mantidos, caso a expressão “no final do ano de 2024” fosse isolada por vírgulas.
- 08.** No último período do texto, a vírgula empregada após “(PL-RO) poderia ser suprimida, sem prejuízo à correção gramatical.
- 09.** No primeiro período do décimo parágrafo, o vocábulo “que” é elemento coesivo que faz referência a “Marcos Rogério”

- 10.** Sem prejuízo à correção gramatical e à coerência do texto, a expressão “Na opinião do relator”, no segundo período do décimo parágrafo, poderia assim reescrita: **Para o relator**.

TEXTO II**Crime de responsabilidade**

Não é um crime no sentido penal, mas uma conduta de natureza política, classificada como crime. São atos cometidos por presidentes, ministros, governadores e secretários, prefeitos e vereadores que ameaçam a Constituição, a União, o funcionamento dos Poderes, os direitos políticos e a segurança interna, entre outros. A sanção é política, podendo resultar na perda do cargo ou na inelegibilidade.

Fonte: Agência Senado

- 11.** Considerando sua organização e tipologia, o texto é caracterizado como informativo e traz uma definição.
- 12.** O segundo período do texto apresenta uma oração com sentido restritivo, que faz depreender haver, por exemplo, vereadores ou presidentes que não ameaçam a Constituição.
- 13.** Depreende-se do texto que o Crime de Responsabilidade não é um crime.
- 14.** No primeiro período, o sujeito simples das formas verbais é “Crime de responsabilidade”
- 15.** A forma verbal “ameacem” está empregada no modo subjuntivo, tendo em vista o valor hipotético da oração.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emanuelle Gouveia

16. No Word, a opção que realiza a mesclagem do documento principal com uma base de dados para a geração de correspondência individualizada é a Mala Direta.
17. No Excel a função utilizada para calcular a média aritmética dos valores passados em um intervalo é =MED.
18. No Windows, existe a funcionalidade “Modo Avião” que desativa qualquer sinal de conexão como Wi-fi, bluetooth ou sinal de telefonia.
19. A Internet é a rede mundial de computadores, de acesso gratuito e que utiliza a telefonia para o transporte de dados.
20. O Keylogger é o ataque comum em redes de computadores que apresenta alto poder de multiplicação e pode afetar a performance das máquinas e de toda a rede de computadores.
21. A contratação de um servidor de email em nuvem pode ser considerada uma forma de entrega de serviço do tipo PaaS

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens seguintes:

22. Depois da saída das mulheres, a porcentagem de homens passou a ser superior a 70%

23. A quantidade original de pessoas na reunião é inferior a 360 pessoas.

Um campeonato de futebol é realizado com 10 times e cada time joga com cada um dos outros uma, e apenas uma, vez. A pontuação é a tradicional: em caso de vitória, o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor nada ganha e, em caso de empate, os dois times ganham 1 ponto cada.

Julgue os itens seguintes:

24. O total de jogos é inferior a 50

25. Se no final do torneio a soma das pontuações de todos os times derem 120, então a diferença entre o número de jogos que terminaram com vitória de algum time e o número de jogos que terminaram empatados foi superior a 15.

CONCURSOS	MULHERES	HOMENS	TOTAL
PF	78	45	123
PRF	110	126	236
PC DF	256	218	474
PM SP	96	138	234
PC PR	69	54	123
TOTAL	609	581	1190

A amostra acima mostra alguns poucos alunos do Estratégia Concursos e os concursos que irão realizar. Esses 1.190 alunos são diferentes, ou seja, ninguém na tabela acima fará mais de um concurso. Um aluno será escolhido aleatoriamente.

Julgue os itens seguintes:

A probabilidade e que o primeiro aluno selecionado

26. não seja de mulher que fará o concurso PC PR nem de homem que fará o concurso da PRF é superior a 0,85.

27. seja de um aluno (homem ou mulher) que fará o concurso da PM SP é inferior a 0,2.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

28. Nos últimos anos, o Brasil, que compõe o chamado G4, tem ampliado a pressão para uma reforma no Conselho de Segurança da ONU. O objetivo é aumentar o número de países membros-permanentes, já que hoje são apenas três.

29. O ODS 18, ou Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18, é um objetivo brasileiro voltado para a combate ao etarismo. O Brasil adotou o ODS 18 de forma voluntária em setembro de 2023, durante a Assembleia Geral da ONU, como uma forma de enfrentar o preconceito baseado na questão etária, também chamado de idadismo ou ageísmo.

30. A COP 29 realizada em Baku no Azerbaijão esteve no centro do debate sobre Justiça Climática nos últimos tempos. Apesar das intensas discussões, o relatório final prevê a destinação de US\$ 300 bilhões por ano até 2035 – muito longe dos US\$ 1,3 trilhões reivindicados – para financiar a ação climática nos países em desenvolvimento.

31. A economia brasileira chegou até a metade de 2024 tendo crescido 2,5% nos 12 meses anteriores — o que coloca o país em 6º lugar entre as economias do G20 que mais cresceram em 2024.

O G20 é um grupo que reúne algumas das maiores economias do mundo. Entre junho de 2023 e junho de 2024, o Brasil só cresceu menos do que Índia, Indonésia, China, Rússia e Estados Unidos — e igualou o índice da Turquia.

32. O candidato da Frente Ampla, José Mujica, foi o vencedor das eleições no Uruguai. Com todos os votos contabilizados, Mujica obteve 49,8%, o suficiente para derrotar Álvaro Delgado, do Partido Nacional, de centro-direita. “Pepe Mujica”, como é carinhosamente chamado, que concorreu pela coalizão de esquerda Frente Ampla, irá suceder Luis Alberto Lacalle Pou, do mesmo partido de Delgado.

33. Seis anos após ter assumido pela última vez a presidência do Brics, o Brasil retomará o comando do grupo a partir de 1º de janeiro de 2025 e tentará pautar a discussão sobre temas como a reforma da “governança global” e o desenvolvimento sustentável, também discutidos ao longo deste ano durante a presidência do G20.

34. O delegado da Polícia Federal, Valdecy Urquiza, foi eleito como novo Secretário-Geral do Tribunal Penal Internacional, responsável por investigar crimes contra a humanidade envolvendo chefes de Estado e demais líderes políticos. Juntamente com outros 11 juízes, o brasileiro integra o TPI que tem sido constantemente acionado devido a conflitos como da Ucrânia, Síria ou na Faixa de Gaza.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

35. O princípio da Sindicabilidade é aquele que permite que os atos da administração pública possam ser controlados, abrangendo o controle administrativo ou judicial.

36. O princípio da Autotutela se confunde com o princípio da Sindicabilidade.

37. A presunção de que os atos administrativos são editados em conformidade com o ordenamento jurídico é *juris tantum*.

38. Com base no poder discricionário, um agente público pode anular um ato válido.

39. Ilustra o exercício do poder disciplinar o fato de um servidor da PRF aplicar multa de trânsito a um particular.

40. Os aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, ao serem investidos nos respectivos cargos comissionados para os quais foram nomeados, somente alcançarão estabilidade após três anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação especial.

41. Joana, servidora pública federal anteriormente demitida do cargo efetivo de Analista Administrativo, foi reintegrada ao serviço público após decisão judicial que anulou sua demissão por reconhecer a inexistência de justa causa para a penalidade. Nessa hipótese, o retorno de Joana ao cargo efetivo configura uma forma de provimento derivado, de acordo com o regime jurídico dos servidores públicos federais.

42. Uma licitação pública realizada nos termos da Lei nº 14.133/2021, destinada à execução de obra de grande vulto, exigirá, obrigatoriamente, a apresentação de uma matriz de riscos no contrato, contendo a alocação de responsabilidades entre as partes quanto a eventos supervenientes à contratação.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir:

43. A forma republicana de governo é considerada cláusula pétrea expressa na Constituição brasileira.

44. O acúmulo pelo Presidente da República das funções de chefe de Estado e de chefe de Governo deriva da forma de estado adotada no Brasil.

45. É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos.

46. É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato aprovado que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.

47. O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo e da comprovação do ajuizamento de ação específica para essa finalidade.

Em relação à defesa do estado e das instituições democráticas, julgue os itens a seguir:

48. De acordo com a jurisprudência do STF, é constitucional a regra do Estatuto do Desarmamento que restringe o porte de arma pelos membros da guarda municipal de acordo com a população do Município.

49. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza

50. Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

51. A estrutura matricial é uma configuração organizacional que combina as vantagens das estruturas funcional e divisional, possibilitando maior flexibilidade e dinamismo na alocação de recursos.

52. A estrutura linear é indicada para organizações de grande porte e ambientes de alta complexidade devido à sua flexibilidade e capacidade de resposta rápida às mudanças do mercado.

53. Departamentalização por produto é adequada para organizações com ampla diversidade de linhas de produtos, pois facilita a especialização e a adaptação às necessidades específicas de cada linha.

54. Departamentalização territorial é indicada quando a organização busca integrar departamentos que realizam atividades interdependentes, com foco na eficiência operacional.

55. O mapeamento de processos é uma técnica que visa identificar e descrever os fluxos de trabalho de uma organização, facilitando a análise e a identificação de pontos de melhoria.

56. A melhoria contínua em processos administrativos é alcançada exclusivamente pela aplicação de ferramentas como o ciclo PDCA, não havendo espaço para a utilização de metodologias ágeis.

57. A centralização administrativa implica que todas as decisões e ações são tomadas exclusivamente por órgãos situados na capital do país, sem delegação de competências.

58. Na administração pública federal, a desconcentração é uma forma de distribuição interna de competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica.

59. As autarquias federais são entidades que fazem parte da administração direta e possuem autonomia administrativa e financeira.

60. Empresas públicas e sociedades de economia mista estão sempre sujeitas ao regime jurídico de direito público, devido à sua vinculação ao poder público.

61. As fundações públicas podem ter personalidade jurídica de direito privado ou de direito público, dependendo da forma como foram criadas e regulamentadas.

7º Simulado Especial Polícia Federal (Agente Administrativo) - 21/12/2024

62. A concentração administrativa ocorre quando o poder decisório é centralizado em poucas unidades ou pessoas dentro de uma mesma organização.

63. A descentralização administrativa está diretamente relacionada à transferência de competências para entidades da administração indireta, como autarquias e empresas públicas.

64. O redesenho de processos é uma abordagem incremental que visa pequenas melhorias nos fluxos de trabalho existentes, sem mudanças estruturais significativas.

65. A análise de processos tem como objetivo principal identificar e eliminar etapas desnecessárias, aumentando a eficiência e a produtividade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

66. Em relação às receitas públicas, julgue o item que se segue:

Não são exemplos de receita de capital a receita patrimonial, inscrição de dívida ativa do ente público, receita industrial, aluguéis de imóveis públicos e receita de alienação de bens.

67. Em relação às despesas públicas, julgue o item que se segue:

Para fins de aplicação dos recursos públicos, não são exemplos de despesas correntes aquisição de imóveis, juros da dívida pública, inversões financeiras e amortização de empréstimos recebidos.

68. Sobre despesas públicas, julgue o item que se segue:

Se durante o exercício financeiro, um determinado órgão empenhar uma despesa orçamentária e não pagar até o último dia do ano financeiro, tal despesa será denominada despesas de exercícios anteriores.

69. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

Se o Estado do Rio de Janeiro vier a celebrar operação de crédito para obtenção de ativos para construção de uma escola, fixando entre as cláusulas contratuais o prazo para amortização da transação em 36 meses, os valores relativos à operação de crédito serão considerados como dívida pública consolidada.

70. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

A dívida pública mobiliária consiste em dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios e autarquias.

71. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

Podemos dizer que integra a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses que tenham receitas prevista na Lei Orçamentária Anual.

72. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

Para fins de tratamento dos limites da dívida pública, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada.

73. No tocante à LRF, julgue o item que se segue:

Se a dívida consolidada do Estado do São Paulo ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.

74. Julgue o item que se segue:

Na hipótese em que a Assembleia Legislativa de determinado Estado X, além prever receita e fixar despesa na LOA, tenha autorizado recebimento antecipado de valores provenientes de venda a termo de edifícios pertencentes ao Estado X, tal permissão seria constitucional por ofensa ao princípio orçamentário da exclusividade.

75. Julgue o item que se segue:

Se o Estado X apresentar como garantia ao pagamento de dívida para com a União um percentual do ITCMD, tal vinculação da receita não viola o princípio da não-vinculação de receitas tributárias.

76. Julgue o item que se segue:

Se determinado órgão público abrir créditos adicionais que não foram previstos no projeto de LOA, mas houve a necessidade de sua autorização e abertura durante a execução do orçamento, podemos dizer que o órgão estará autorizado a abrir créditos extraordinários.

77. Julgue o item que se segue:

Não constará da Lei Orçamentária Anual o Anexo de Riscos Fiscais, crédito com finalidade imprecisa ou dotação ilimitada, Anexo de Metas Fiscais, também não cabe a LOA estabelecer a Política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

78. Sobre ciclo orçamentário, julgue o item que se segue:

Os parlamentares poderão apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária anual, desde que sejam compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e deve sempre indicar como fonte de recurso anulação de despesa.

79. Julgue o item que se segue:

Uma das características dos mecanismos de elaboração orçamentária da espécie orçamentária base zero consiste na dissociação dos processos de planejamento e programação.

80. Julgue o item que se segue:

Integram a dívida flutuante do ente público os depósitos recebidos do setor privado a título de cauções e garantias.

81. Julgue o item que se segue:

Considera-se suprimento de fundos a entrega de numerário a servidor para realização de despesa que, por sua natureza ou urgência, não possa subordinar-se ao processo normal da execução orçamentária e financeira.

82. Julgue o item que se segue:

A política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento é estabelecida na Lei Orçamentária Anual, desde que compatíveis com a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES*Douglas Schneider*

Acerca dos conceitos e da importância da gestão de pessoas e de sua relação com os demais sistemas organizacionais, julgue o item seguinte.

83. A gestão de pessoas é uma abordagem estratégica voltada para o alinhamento das políticas de recrutamento, desenvolvimento, e avaliação de desempenho com os objetivos organizacionais, reconhecendo que as pessoas são o principal ativo da organização e devem ser gerenciadas de forma integrada aos demais sistemas.

Acerca da função do órgão de Recursos Humanos (RH), suas atribuições básicas, objetivos e a utilização de sistemas de informações gerenciais, julgue o item seguinte.

84. O órgão de Recursos Humanos tem como principal atribuição a implementação das políticas estratégicas definidas pela alta administração, sendo o único responsável por garantir a integração entre os diversos subsistemas organizacionais por meio de sistemas de informações gerenciais.

Acerca dos conceitos relacionados à motivação no ambiente organizacional, julgue os itens que se seguem.

85. A motivação no ambiente de trabalho é um processo exclusivamente intrínseco, dependendo apenas de fatores pessoais, como crenças, valores e objetivos individuais, sem influência de fatores externos, como o ambiente organizacional e as políticas de gestão.

86. As teorias de motivação enfatizam que os gestores devem criar condições para satisfazer as necessidades dos colaboradores, alinhando-as às metas organizacionais, promovendo assim o desempenho e a retenção de talentos.

Acerca dos conceitos e das teorias relacionadas à liderança no ambiente organizacional, julgue os itens que se seguem.

87. Liderança transacional baseia-se em recompensas e punições, sendo adequada para situações complexas e dinâmicas, onde a inovação e a criatividade são os fatores principais para o sucesso organizacional.

88. A liderança situacional, proposta por Hersey e Blanchard, destaca que o estilo do líder deve se adaptar ao nível de maturidade e competência dos liderados, podendo adotar comportamentos diretivos ou delegadores, por exemplo.

Acerca dos objetivos, métodos, vantagens e desvantagens da avaliação de desempenho no ambiente organizacional, julgue os itens que se seguem.

89. A avaliação de desempenho por competências concentra-se na análise do comportamento e do cumprimento das tarefas, sendo adequada para medir exclusivamente os resultados numéricos dos colaboradores em relação às metas estabelecidas.

90. A avaliação de desempenho 360 graus permite uma visão mais ampla do desempenho do colaborador ao incluir *feedback* de superiores, pares, subordinados e até clientes, promovendo uma análise mais completa, embora possa gerar conflitos se não houver transparência no processo.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

91. O método de arquivamento é determinado pela natureza dos documentos a serem arquivados e pela estrutura da entidade. O método soundex é classificado como método de arquivamento padronizado.

92. O método de arquivamento é determinado pela natureza dos documentos a serem arquivados e pela estrutura da entidade. O sistema direto de arquivamento requer o auxílio de um instrumento de busca para a localização do documento.

93. O método de arquivamento é determinado pela natureza dos documentos a serem arquivados e pela estrutura da entidade. O método variadex é um método básico numérico.

94. Cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

95. O serviço de protocolo consiste na elaboração de projetos de mudança de suporte de documentos arquivísticos em consonância com as normas e padrões de qualidade estabelecidos na legislação vigente, além de manter ações que garantam a guarda, segurança, conservação e recuperação de informações contidas nos documentos arquivísticos migrados de suporte.

96. O termo fundo pode ser entendido como um termo largamente usado, para designar, para fins de controle, os documentos permanentes de um tipo específico de instituição ou organização.

97. A NOBRADE estabelece, no Brasil, diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, visando à padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras e a facilitação do acesso e do intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

98. Instrumentos de pesquisa podem ser físicos, mas não virtuais.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

99. Uma das funções dos estoques é proteger as organizações de eventuais oscilações de demanda, embora eles não possam salvaguardá-las das oscilações do mercado.

100. Se, em determinada organização, tenha sido apurado o consumo anual de 2.200 canetas esferográficas e o estoque médio, nesse período, tenha sido de 440 canetas esferográficas, conclui-se que o giro de estoque, nesse período, foi equivalente a 4.

101. De acordo com o método da média móvel, o consumo de determinado item de estoque para o próximo período é obtido a partir da média aritmética ponderada dos dados de consumo dos períodos anteriores.

102. Os custos de falta de estoque ocorrem quando o estoque mantido é inferior à demanda, o que acarreta a falta do item no momento de sua necessidade.

103. Os custos de riscos de estoques estão associados a potenciais perdas, furtos, roubos e avarias.

104. Embora a diligência junto aos fornecedores não conste como requisito das funções do setor de compras de uma organização, tais funções requerem que se assegure o efetivo suprimento de materiais e serviços nas quantidades e nos prazos demandados pelos clientes internos.

105. Uma das utilidades da estrutura centralizada de compras consiste na redução da possibilidade de haver compras duplicadas.

106. As compras do setor público diferem das compras das organizações privadas apenas no que diz respeito à exigência de licitação pública em relação àquele.

107. A atuação de forma transparente nas compras públicas bem como o tratamento isonômico conferido a potenciais fornecedores são condutas esperadas do servidor público da área de contratações.

108. Além de dados e informações tradicionais, nos cadastros de fornecedores voltados às compras inteligentes, podem ser incluídos as condições de atendimento de pós-venda, o custo de embalagens e os custos diferenciados por acréscimos ou reduções de quantidades.

109. A ocorrência de sinistro que envolva bem patrimonial não se caracteriza como fato motivador para a sua baixa patrimonial.

110. Quando o levantamento de todos os bens patrimoniais é efetuado no encerramento do exercício fiscal, o inventário é denominado geral.

LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA FEDERAL

Antônio Pequeno

111. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, responde pelo crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito aquele que vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente

112. De acordo com a Lei nº 10826/2003, o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é punido com a pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos de detenção e multa.

113. De acordo com a Lei nº 10826/2003, são vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

114. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são crimes de perigo abstrato e de mera conduta.

De acordo com a Lei nº 12830/2013 (Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia) julgue os itens de 115 a 117

115. O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.

116. A remoção do delegado de polícia independe de fundamentação

117. O tratamento protocolar dado ao Delegado de Polícia é o mesmo que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados

De acordo com a Lei nº 10357/2001 (estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências) julgue os itens de 118 a 119

118. Constitui infração administrativa, dentre outras, deixar de comunicar ao Departamento de Polícia Federal, no prazo de trinta dias, qualquer alteração cadastral ou estatutária a partir da data do ato aditivo, bem como a suspensão ou mudança de atividade sujeita a controle e fiscalização.

119. São isentos do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Lei os órgãos da Administração Pública direta federal, estadual e municipal, as instituições públicas de ensino, pesquisa e saúde e as entidades particulares de caráter assistencial, filantrópico e sem fins lucrativos que comprovem essa condição na forma da lei específica em vigor.

120. De acordo com a Lei nº 13445/2017, são documentos de viagem, dentre outros, laissez-passar

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>